



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

PORTARIA JP N.º 54, DE 04 DE SETEMBRO DE 2019.

A DESEMBARGADORA DO TRABALHO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO, usando de suas atribuições legais, diante do disposto no art. 8 do Regulamento Geral,

R E S O L V E determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro/2018 a agosto/2019, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marlene T. Fuverki Sugumatsu'.

MARLENE T. FUVERKI SUGUMATSU
Desembargadora Presidente

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a"),

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)	
	SET/2018	OCT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	JAN/2019	FEV/2019	MAR/2019	ABR/2019	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019			TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (D)	67.129.102,89	67.375.004,38	106.399.571,48	76.332.599,23	109.689.942,06	73.946.856,29	73.993.764,56	73.351.867,24	72.608.577,30	73.818.431,59	73.323.906,93	73.719.480,76	941.688.401,71	525.010,34	942.213.415,05
Pessoal Misto	51.825.118,42	51.971.385,89	82.668.907,56	56.643.083,98	84.244.371,43	56.638.585,51	56.679.345,38	53.895.874,25	55.265.793,54	56.365.580,28	53.933.878,60	56.038.722,03	719.570.646,97	443.782,74	720.014.429,71
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	44.563.498,48	44.413.833,57	67.381.562,53	48.104.024,50	75.987.647,57	48.423.406,59	48.894.875,51	48.006.926,97	47.343.976,97	48.420.829,97	48.005.015,30	48.142.731,07	616.990.531,03	363.782,74	617.354.313,77
Obrigações Patronais	7.561.619,94	7.555.550,32	13.287.345,03	7.939.059,48	8.256.723,86	8.213.178,92	8.184.469,97	7.888.942,28	7.921.816,57	7.944.750,31	7.928.863,30	7.895.990,96	102.580.315,94	80.000,00	102.660.315,94
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar e Pensionistas	15.303.984,17	15.403.618,40	23.730.463,92	20.289.845,25	25.148.570,63	17.397.096,76	17.311.410,06	17.455.092,00	17.313.692,76	17.452.851,21	17.300.038,33	17.680.758,73	222.117.827,74	81.227,60	222.199.055,34
Aposentadorias, Resenja e Reformas	13.394.269,57	13.471.633,92	20.802.289,00	18.077.088,33	22.412.919,55	15.180.383,87	15.242.524,83	13.399.546,90	13.283.903,22	15.256.256,98	15.326.831,83	15.599.024,87	195.435.672,87	81.227,60	195.516.900,47
Pensões	1.909.714,60	1.931.984,57	2.928.174,93	2.212.756,93	3.032.651,08	2.118.586,91	2.071.894,23	2.056.446,09	2.028.680,54	2.196.594,23	2.063.196,50	2.081.733,86	26.682.082,87	0,00	26.682.082,87
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato de precatorização ou de contratação de forma indireta (8.º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (8.º do art. 19 da LRF) (D)	15.635.985,81	15.701.577,19	4.364.327,60	8.021.364,20	23.951.508,57	17.878.833,54	17.623.134,77	17.880.156,43	17.416.946,25	17.604.433,45	17.580.982,26	18.276.581,10	193.933.853,17	0,00	193.933.853,17
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	332.001,34	297.938,70	136.137,40	214.803,36	503.937,94	533.583,49	302.118,83	424.163,44	74.362,49	130.138,45	190.933,93	863.443,92	3.745.609,29	0,00	3.745.609,29
Despesas de Exercício Anterior no da Apropriação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apropriação	0,00	0,00	57.387,43	7.806.538,84	0,00	37.279,27	6.616,56	0,00	0,00	1.443,69	0,00	33.376,45	7.941.662,54	0,00	7.941.662,54
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	15.303.984,47	15.403.618,49	4.130.802,77	8.000,00	25.445.570,63	17.309.970,78	17.314.419,08	17.455.992,99	17.342.588,76	17.452.851,31	17.300.038,33	17.680.758,73	182.248.581,34	0,00	182.248.581,34
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (DII) = (D - DI)	51.931.117,08	51.623.427,19	102.033.043,88	68.311.233,03	83.738.453,49	56.667.220,75	56.320.609,29	53.471.710,81	53.101.431,05	56.213.098,14	53.742.924,67	53.442.809,60	747.752.551,54	525.010,34	748.277.561,88
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	VALOR	% SOBRE A RCL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (VI)	829.157.292.000,00														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	748.277.561,88		0,090246%												
LIMITE MÁXIMO (VI) menos I, II e III, art. 20 da LRF	1.246.803.819,98		0,1150370%												
LIMITE PRELIMINAR (VI) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.184.463.628,98		0,1142832%												
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 39 da LRF)	1.122.123.437,98		0,1135333%												
PONTE - Tesouro Geral - Sinf - Secor/RT 9º Região - 23/09/2019 - 10h00															

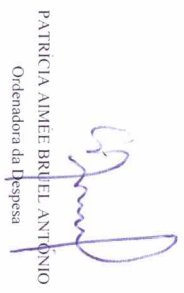
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de exercício anterior continuaram a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

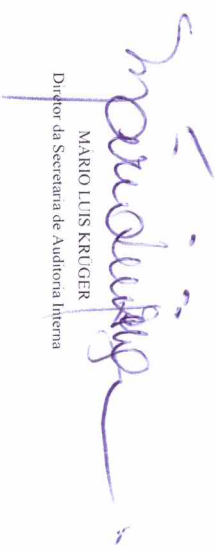
- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 53, inciso II da Lei 4.320/64;
- Os valores executados de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor não foram inscritos neste demonstrativo, conforme item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011, a saber:
 - Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque); despesa liquidada: R\$ 1.545.037,49
 - Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque); despesa liquidada: R\$ 1.710.181,77
 - Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque); despesa liquidada: R\$ 3.712.027,11
- No campo Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apropriação, foram excluídas as despesas compreendidas entre os meses de janeiro a agosto de 2019, relativas ao período de setembro a dezembro de 2018, nos seguintes valores: R\$ 373.885,57 ref Janeiro/19, R\$ 337.021,64 ref Março/19 e R\$ 5.784,73 ref Junho/19




MARLENE T. FAVERZI
Desembargadora Presidente



PATRICIA AIMEE BRIHEL ANTONIO
Ordenadora da Despesa



MARIO LUIS KRÜGER
Diretor da Secretaria de Auditoria Interna



VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACORDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

RS 1,00

		DESPESAS EXECUTADAS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		942.213.415,05		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		193.935.853,17		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		748.277.561,88		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		829.157.292.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,090246%		
		% DA RCL	VALOR	
LIMITE MÁXIMO 1/	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,131673%	1.091.776.281,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente 12: ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005	0,131635%	1.091.461.201,32
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente 12: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,115872%	960.761.137,39
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente 12: ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,115657%	958.978.449,21
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST/CSJT/2015 13		0,150370%	1.246.803.819,98

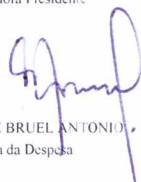
1/ Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso

12 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

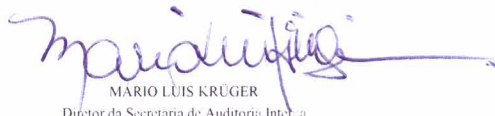
13 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho



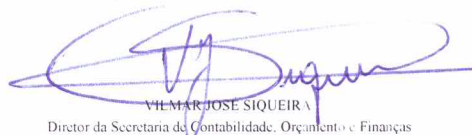
MARLENE T. FUVERKI SUGIMATSU
 Desembargadora Presidente



PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO
 Ordenadora da Despesa



MARIO LUIS KRÜGER
 Diretor da Secretaria de Auditoria Interna



VILMAR JOSÉ SIQUEIRA
 Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças